



## PJe-JT

### PJe-JT é instalado em três Varas do Trabalho de São Luís (MA)

O presidente do TST e do CSJT, ministro João Oreste Dalazen, instalou, na última sexta-feira (15/02), na 2ª, 3ª e 7ª Vara do Trabalho (VT) de São Luís, a mais nova versão do PJe-JT. Juntamente com a presidente do TRT da 16ª Região (MA), desembargadora Ilka Esdra Silva Araújo, o ministro Dalazen acompanhou a advogada Darci Costa Frazão protocolizar o primeiro processo eletrônico, que foi distribuído para a 7ª VT de São Luís. Sob o número 0016000-86.2013.5.16.0022., o processo tem audiência marcada para 8 de março deste ano, às 8h.

No dia 28 deste mês, o PJe-JT chegará às 1ª, 4ª, 5ª e 6ª VTs da capital, concluindo o cronograma de instalação nas Varas do Trabalho de São Luís. O PJe-JT já havia sido instalado, em dezembro do ano passado, no TRT (segunda instância) e nas Varas do Trabalho de Barreirinhas, Chapadinha e Presidente Dutra, no interior do estado.

Durante a solenidade de instalação, o ministro João Oreste Dalazen ressaltou que a Justiça do Trabalho no Brasil realiza atualmente “o maior projeto de que se tem notícia no mundo de substituição de processo físico por processo judicial eletrônico, envolvendo mais de 2 milhões de processos trabalhistas por ano, que tramitam nas 1.454 VTs brasileiras e em 24 Tribunais Regionais do Trabalho”, enfatizou.

O presidente do TST destacou que o sistema implantado em São Luís contribui para a modernização da Justiça do Trabalho na região. Ele destacou, ainda, a relevância do trabalho desenvolvido pela Justiça do Trabalho em São Luís, tendo em vista o perfil econômico e social da região metropolitana de São Luís, pólo econômico do Maranhão, cuja população ultrapassa um milhão de habitantes. [Clique para mais informações.](#)

(TRT da 16ª Região - MA)

### Órgão Especial regulamenta implantação do PJe-JT no TST

O Órgão Especial do TST aprovou, na sessão do dia 4 de fevereiro, a [Resolução Administrativa nº 1589](#), regulamentando o PJe-JT no âmbito do Tribunal. A resolução institui o Processo Judicial Eletrônico como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabelece os parâmetros para sua implementação e funcionamento no Tribunal. [A partir de 26 de fevereiro](#), o TST passará a utilizar, gradualmente, o sistema de tramitação eletrônica de processos judiciais, sistema que será único para toda a Justiça do Trabalho.

## Notícias

### CNJ assegura exclusividade do PJe onde sistema está instalado



O CNJ cassou, dia 5 de fevereiro, liminar que suspendia o uso exclusivo do petição eletrônico em Pernambuco. Com isso, as 14 Varas do Trabalho da 6ª Região continuarão a receber novas ações exclusivamente via PJe-JT. A decisão, por maioria, seguiu a divergência aberta pelo ministro Carlos Alberto Reis de Paula, conselheiro do CNJ e presidente eleito do TST. O presidente do TST e do CSJT, ministro João Oreste Dalazen, comemorou a decisão.

“O uso do meio eletrônico importa uma necessária mudança de cultura, e o uso obrigatório do sistema diminui o tempo de implementação integral do cenário de mudança”, afirmou.

A liminar foi concedida a pedido da Seccional de Pernambuco da OAB, que alegava que a exclusividade do processo eletrônico prejudicava o acesso ao Judiciário, devido a problemas técnicos (como a baixa cobertura de internet no estado) e à existência de advogados que ainda não dispõem de certificação digital, necessária para operar no PJe. A decisão suspendia o uso exclusivo do petição eletrônico nos três ramos da Justiça de Pernambuco (estadual, federal e trabalhista).

Os números, segundo Dalazen, demonstram que o processo eletrônico, no âmbito da Justiça do Trabalho, não trouxe prejuízos aos jurisdicionados de Pernambuco. Até novembro de 2012, a média mensal de processos em Jaboatão, por exemplo, era de 636. A partir de 19 de novembro, quando o PJe-JT foi instalado nas cinco Varas do Trabalho locais, 683 novos processos chegaram àquela unidade. Em Igarassu, onde o processo eletrônico chegou em setembro, a média mensal passou de 203 para 226.

Para o presidente do TST e do CSJT, o uso facultativo do PJe-JT, como pretendia a OAB-PE, traria graves problemas logísticos. A manutenção simultânea do sistema antigo, de autos físicos, com o sistema eletrônico “criaria o caos, pois não se teria como manter a ordem sequencial lógica da numeração e seria extremamente trabalhoso controlar a distribuição de feitos realizada em dois sistemas distintos, que não se comunicam nem interagem”. [Veja aqui a matéria completa.](#)

(Carmem Feijó, com informações do CNJ)

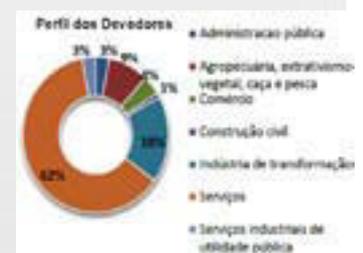
### CNDT gera corrida para pagar dívidas trabalhistas

Mais de 14 milhões 770 mil certidões expedidas de janeiro de 2012, quando foi criada, a janeiro de 2013. Este é o resultado do primeiro ano de vigência da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), criada pela [Lei nº 12.440/2011](#), para comprovar a inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho, de forma a permitir que os portadores da Certidão possam participar de licitações públicas.

Ao todo, 453 mil processos de 128 mil devedores deixaram de constar no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), o banco de dados alimentado a partir de informações remetidas por todos os 24 TRTs, no período. Deste Banco constam as pessoas físicas e jurídicas que são devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva. A expectativa do TST é que o número aumente neste ano. No total, ainda existiam, em 4 de janeiro de 2013, 1 milhão 139 mil devedores relacionados no BNDT, do total de 1 milhão 762 mil ações no Banco à época, já que há pessoas e empresas com mais de um processo. A média de emissões de janeiro de 2012 a janeiro de 2013 foi de mais de 1 milhão 230 mil CNDTs por mês, ou 41 mil por dia. Em 14 de fevereiro de 2013, já haviam sido expedidas mais de 20 milhões de certidões, [de acordo com as estatísticas do site do TST.](#)

Antes da entrada em vigor da CNDT, a regra entre as empresas era atrasar o processo na Justiça para não ter de pagar a dívida. Agora, o objetivo é o contrário: acelerar o processo para quitar os débitos e, com isso, participar de licitações. Pessoas físicas também passaram a pedir as certidões, pois a Corregedoria do CNJ recomendou aos cartórios do país que exigissem CNDTs nos casos de compra de imóveis.

(Marta Crisóstomo/TST)



**No CSJT** - Já o [Ato nº 10/CSJT.GP.SG](#), de 11 de janeiro, aprovou o cronograma das atividades relacionadas à implantação do PJe-JT no CSJT, com implantação definitiva estabelecida para o dia 20 próximo.

(Pedro Rocha e Marta Crisóstomo/TST)

### **Criado grupo de trabalho para integrar PJe-JT com sistema do Ministério Público**

O presidente do TST e do CSJT, ministro João Oreste Dalazen, e o procurador-geral do Trabalho, Luís Antônio Camargo de Melo, assinaram dia 5 de fevereiro, no TST, um ato conjunto instituindo um grupo de trabalho para promover a integração do PJe-JT com o sistema do Ministério Público do Trabalho (MPT digital).

O ato atende as diretrizes da [Lei nº 11.419/2006](#), que dispõe da informatização do processo judicial, e tem o objetivo de "impedir maior eficiência à atuação de ambas as instituições". A solução tecnológica que permitirá a integração dos dois sistemas será desenvolvida em conjunto pelo TST, CSJT e MPT. O grupo, composto por membros dessas instituições, terá 30 dias para concluir os trabalhos.

(Augusto Fontenele/TST)

### **Lançado o primeiro interprograma sobre o PJe-TST para a TV Justiça**



O primeiro dos 10 interprogramas sobre o PJe-JT que a TV TST está produzindo para veiculação

na TV Justiça já está no ar. Os interprogramas são vídeos de curta duração exibidos nos intervalos da programação normal das emissoras. As vantagens do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho, como segurança, eficiência e economia, são mostradas no vídeo. [Veja aqui o primeiro interprograma da série.](#)

(Marta Crisóstomo/TST)

**Fale com o presidente**  
[caroscolegas@tst.jus.br](mailto:caroscolegas@tst.jus.br)

**Expediente**



#### **Presidente**

Ministro João Oreste Dalazen

#### **Vice-Presidente**

Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

#### **Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho**

Ministro Antônio José de Barros Levenhagen

#### **Correio da Justiça do Trabalho**

Ano 3 – Número 59 – 18 de fevereiro de 2013

#### **Secretaria de Comunicação Social do TST**

#### **Assessoria de Comunicação do CSJT**

**Contato:** [caroscolegas@tst.jus.br](mailto:caroscolegas@tst.jus.br)

### **São Luís (MA) sediou ato pelo Trabalho Seguro dia 15**

A alegria do Boizinho Barrica, tradicional grupo folclórico maranhense, e um show do humorista João Cláudio Moreno animaram os mais de três mil funcionários da Vale S.A. presentes ao Ato Público do programa [Trabalho Seguro](#), realizado nas obras de construção do Pier IV do [complexo Portuário Ponta da Madeira](#), em São Luís (MA), dia 15 de fevereiro. O evento contou com a participação do presidente do TST e do CSJT, ministro João Oreste Dalazen. Logo no início do ato a empresa deu um exemplo de preocupação com a segurança dos seus funcionários, informando aos presentes sobre alternativas de evacuação no caso de eventuais incidentes e como proceder em situações de emergência. Este procedimento é padrão em todos os seus eventos.

Ao falar para os trabalhadores, o ministro João Oreste Dalazen lembrou que o ato é uma contribuição da justiça, do governo, das empresas e dos sindicatos para buscar garantir a saúde e a segurança dos trabalhadores. Ele frisou que é crescente o número de acidentes de trabalho no país. Só em 2012, pelo menos 2796 trabalhadores perderam suas vidas em tais acidentes no Brasil, sem contar trabalhadores informais, servidores públicos e militares. O presidente conclamou os trabalhadores a acabar de construir o Pier IV sem acidentes, sem tristezas, sem frustrações, e a vencer a competição pela vida e pela segurança do trabalho. Após o evento no Terminal, a Vale S.A. assinou Acordo de Cooperação Técnica com o TRT-16 com o objetivo de reduzir o número de acidentes de trabalho. [Veja a íntegra da matéria aqui.](#) No próximo dia 22, o programa Trabalho Seguro vai até o Parque Albano Franco, em Campo Grande (MS).

(Mauro Burlamaqui/TST)



Foto: Felipe Sampaio / TST

### **Na segunda audiência de conciliação do Nupec, BASF e Shell apresentam proposta para reparar danos por contaminação em Paulínia**

Com a apresentação de uma proposta de indenização aos trabalhadores contaminados por poluentes organoclorados em uma fábrica de praguicidas em Paulínia (SP) pela Raizen Combustíveis S. A. (Shell) e BASF S.A., foi encerrada a segunda audiência realizada pelo [Núcleo Permanente de Conciliação \(Nupec\)](#) do TST, dia 14 de fevereiro (foto). [O processo é a maior causa trabalhista em tramitação hoje na Justiça do Trabalho](#), com uma indenização por danos morais coletivos estimada em mais de R\$ 1 bilhão.

Na audiência convocada pelo presidente do TST, ministro João Oreste Dalazen, as empresas se comprometeram a fornecer tratamento de saúde vitalício aos trabalhadores e seus dependentes, ao pagamento de indenizações individuais por danos morais no valor global de R\$ 52 milhões aos 884 beneficiários já identificados, entre outros itens. Após a apresentação da proposta e reuniões em separado do presidente do TST com as partes, ficou marcada nova audiência de conciliação para o dia 28 de fevereiro. Caso não haja acordo, o ministro Dalazen apresentará uma proposta de conciliação. [Veja aqui detalhes da audiência.](#)

A primeira audiência de conciliação promovida pelo Nupec foi dia 9 de janeiro, quando a União e o MPT chegaram a um acordo no caso da terceirização de mão de obra na Diretoria de Portos e Costas (DPC), órgão da Marinha do Brasil. Por determinação do presidente do TST, que conduziu a audiência, depois de ouvidas as partes, o processo ficará suspenso até 25 de março, quando a União deverá apresentar uma proposta de cronograma das etapas para a regularização.

A primeira audiência de conciliação promovida pelo Nupec foi dia 9 de janeiro, quando a União e o MPT chegaram a um acordo no caso da terceirização de mão de obra na Diretoria de Portos e Costas (DPC), órgão da Marinha do Brasil. Por determinação do presidente do TST, que conduziu a audiência, depois de ouvidas as partes, o processo ficará suspenso até 25 de março, quando a União deverá apresentar uma proposta de cronograma das etapas para a regularização.

**O Nupec** - O Núcleo Permanente de Conciliação do TST tem atualmente 13 processos em pauta, contando as duas conciliações já realizadas. Um dos processos será arquivado, já que não houve interesse das partes em realizar acordo. Sete processos aguardam a apreciação da ausência de manifestação de interesse ou desinteresse na conciliação. Três processos estão aguardando a intimação de uma das empresas reclamadas a se manifestar se há interesse em conciliar. O Nupec foi instituído pelo Ato [TST.GP 732/2012](#), de novembro de 2012, estabelece uma rede de conciliação da Justiça do Trabalho, e é uma iniciativa inédita em Tribunais Superiores.

(Pedro Rocha e Viviane Gomes/TST)

### **Lei de Acesso à Informação - TST recebeu 723 pedidos em 2012**

Em 2012, o TST recebeu 723 solicitações com base na Lei de Acesso à Informação ([Lei 12.527, de 18/11/2011](#)). Dúvidas sobre tramitação de processo e o concurso público realizado pelo Tribunal foram os itens que tiveram o maior número de questionamentos. Esse total corresponde a oito meses de 2012, período compreendido entre maio, quando foi criado o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), e dezembro. [Veja aqui mais detalhes sobre o relatório.](#)

**Transparência** - Antes mesmo da vigência da Lei de Acesso à Informação, o TST já investia na transparência de seus atos e decisões. [O site do Tribunal](#) publica, há alguns anos, um grande número de informações, jurídica e administrativa, de interesse público.

(Augusto Fontenele/TST)